

TERCEIRIZAÇÃO MATA!

Como era

Até então, a terceirização era apenas para atividades-meio, ou seja, funções secundárias.

Como fica

As empresas poderão contratar trabalhadores terceirizados para exercer cargos na atividade-fim. Uma escola, por exemplo, vai poder operar contratando professores de uma outra empresa, e não mais diretamente.

Trabalho temporário

Pelas regras atuais, o trabalhador só pode ser contratado temporariamente por até três meses. Com a proposta aprovada, o prazo para contratação passou para 6 meses, prorrogáveis por mais 90 dias.

O trabalhador temporário poderá ser demitido a qualquer momento, e não tem direito à multa de 40% sobre o FGTS em caso de demissão sem justa causa.

Direitos

Ao terceirizado é garantido os mesmos direitos previstos na CLT. Muda, contudo, a responsabilização das empresas sobre esses direitos. O texto aprovado prevê a responsabilização subsidiária, que define que o trabalhador terceirizado só poderá cobrar na Justiça por direitos trabalhistas da empresa contratante quando a terceirizada não tiver dinheiro ou bens para arcar com o pagamento da rescisão.

Terceirizados substituindo trabalhadores em greve

O projeto aprovado prevê que trabalhadores temporários poderão substituir empregados de serviços essenciais que estejam em greve.

Convenções

Direitos como vale-refeição, assistência-médica e odontológica, que são definidos em convenção coletiva de cada categoria, não valerão para os terceirizados.

NÃO ESQUEÇA OS TRAIDORES EM 2018

Vamos guardar bem os nomes dos deputados federais que votaram contra a classe trabalhadora para, nas eleições de 2018, darmos o troco.

Estes deputados são os mesmos que sempre votam projetos contra a classe trabalhadora, com retirada de direitos.

Não podemos mais eleger

deputados federais que não representam os trabalhadores.

Antes de votar, é necessário pesquisar sobre o candidato e saber se ele representa os trabalhadores ou os patrões, os empresários.

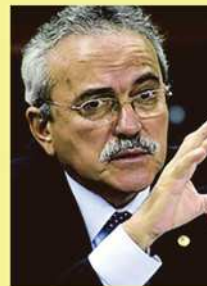
Por isso, não esqueça os nomes e os partidos dos traidores dos trabalhadores.

DEPUTADOS FEDERAIS DO PIAUÍ QUE VOTARAM A FAVOR DA TERCEIRIZAÇÃO

A Câmara dos Deputados aprovou na quarta-feira (22 de abril) por 231 votos a favor, 188 contra e 8 abstenções o texto-base do projeto de lei que autoriza o trabalho terceirizado de forma irrestrita para qualquer tipo de atividade.

Dos oito deputados federais do Piauí que estavam presentes na sessão, sete votaram pela aprovação da lei, traíndo a classe trabalhadora: Átila Lira (PSB), Mainha(PP), Iracema Portela (PP), Júlio César (PSD), Paes Landim (PTB), Rodrigo Martins (PSB) e Silas Freire (PR). Apenas Assis Carvalho (PT) votou contra a proposta.

Heráclito Fortes (PSB) e Marcelo Castro(PMDB) não estavam presentes na sessão.



Átila Lira (PSB)



Mainha(PP)



Iracema Portela (PP)



Júlio César (PSD)



Paes Landim (PTB)



Rodrigo Martins (PSB)



Silas Freire (PR)

GREVE GERAL DIA 28 DE ABRIL

#NENHUM DIREITO A MENOS

**Abaixo o PL da Terceirização Ilimitada -
Retirada da Reforma da Previdência
e da Reforma Trabalhista.**



O Sindicato dos Comerciários de Teresina se junta à classe trabalhadora para paralisar o Brasil no dia 28 de abril de 2017, como alerta ao governo de que a sociedade e a classe trabalhadora não aceitarão as propostas de reformas da Previdência, Trabalhista e o projeto de Terceirização apro-

vado pela Câmara, que o governo Temer quer impor ao País.

Trata-se do desmonte da Previdência Pública e da retirada dos direitos trabalhistas garantidos pela CLT. Por isso, conclamamos todos, neste dia, a demonstrarem o seu descontentamento, ajudando a paralisar o Brasil.

DEPUTADO ASSIS CARVALHO VOTOU CONTRA A TERCEIRIZAÇÃO



O deputado federal Assis Carvalho (Partido dos Trabalhadores) foi o único parlamentar do Piauí presente na sessão do dia 22 de abril de 2017 que votou contra o projeto da Terceirização.

Assis Carvalho também já se posicionou contra a reforma da Previdência e a reforma Trabalhista.

Parabéns pelo compromisso com a classe trabalhadora.

NOTA DE REPÚDIO

TERCEIRIZAÇÃO: REBAIXA SALÁRIOS E RETIRA DIREITOS

O Sindicato dos Comerciários de Teresina vem a público repudiar veementemente a aprovação do PL 4.302, da Terceirização - que consolida a barbárie promovida pelo governo ilegítimo contra a classe trabalhadora.

O projeto legaliza a terceirização para atividade-fim. A proposta acarretará para milhões de trabalhadores no Brasil o rebaixamento de salários, aumento dos acidentes e de suas condições de trabalho, instituindo como regra a precarização nas relações laborais, além de implicar em grave risco à liberdade sindical, pois contribui para a divisão da classe trabalhadora, a tal ponto de impossibilitar sua organização e mobilização sindical.

Com a terceirização autorizada para qualquer tipo de atividade, haverá achatamento de salários e aumento da jornada de trabalho. Os terceirizados ganham 25% menos, trabalham quatro horas a mais e ficam 2,7 anos a menos no emprego quando comparados aos trabalhadores contratados diretos. Também estão mais suscetíveis a acidentes e situações de escravidão. Dentro de todo conjunto da classe trabalhadora, os setores do comércio e serviços são os mais penalizados.

Por isso, convocamos todos os trabalhadores e trabalhadoras do comércio e serviços para repudiar e demonstrar toda indignação contra as ações de desrespeito do governo ilegítimo contra a classe trabalhadora.

Nenhum Direito a Menos - Abaixo o PL da Terceirização Ilimitada - Retirada da Reforma da Previdência e da Reforma Trabalhista.

Teresina, 23 de abril de 2017

DIRETORIA COLEGIADA DO SINDICATO DOS
COMERCIÁRIOS DE TERESINA